



Universidade Federal do Pará

CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DOS SURDOS DE SOURE

Elis Regina da Silva Neves

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado na Graduação de Letras Libras e
Língua Portuguesa.

Área de concentração: Estudos Surdos

Orientador: Professor Eder Barbosa Cruz

Belém (PA)
2015



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Marajó - Soure
Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas - FALEM

CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DOS SURDOS DE SOURE

ELIS REGINA DA SILVA NEVES

BELÉM/PA

2015



RESUMO

O presente artigo apresenta o contexto socioeducacional dos surdos no município de Soure. O objetivo principal deste trabalho foi relatar informações sobre o contexto socioeducacional dos surdos residentes neste município. Este estudo aborda também a necessidade do surdo adquirir e entrar em contato com sua língua para se comunicar com eficiência, mostrando assim a importância da linguagem. Os resultados mostraram a verdadeira realidade que o surdo está inserido, perceber assim as desigualdades sociais e educacionais. Esperamos, com esta pesquisa, contribuir com pesquisas acadêmicas futuras sobre os surdos que vivem em Soure.

Palavras-chave: Surdos de Soure; Identidade Surda; Cultura Surda; Perfil Socioeducacional;

ABSTRACT

This article presents the socio educational context of deaf people from Soure. The main goal of this work was report information concerning the deaf people whom live in that city. This study also shows the importance of deaf people acquire their natural language in order to develop their skills. The results have shown the true truth about deaf people living in Soure, through this research it was possible understanding the social and educational inequalities. we wish trough this research contribute with futures researches about deaf people living in Soure.

Keywords: Deafs of Soure; Deaf Identity; Deaf Culture; Socio educational Profile.



1. INTRODUÇÃO

Os surdos são indivíduos que tem uma cultura, uma língua natural e identidade próprias. Assim, os surdos se definem de forma cultural e linguística diferenciada dos ouvintes. Ao longo da história, a educação da comunidade surda tem sido desenvolvida de forma fragmentada e precária, devido ainda, a uma incompreensão do *ser surdo*.

No Brasil, como em tantos outros países, reina um estado de insatisfação e angústia quando se trata da Educação Nacional, de uma maneira geral. Em relação à educação de surdos, a realidade não é diferente. Há neste contexto, a necessidade de implementação de práticas que venham mudar a realidade do ensino de pessoas surdas no país. Uma vez que, percebemos, ainda, um grande desconhecimento sobre as questões relacionadas à surdez, por parte das famílias, por uma parcela da sociedade, pelos profissionais que atuam junto aos alunos surdos na Rede Regular de Ensino, e até mesmo, por alguns surdos que desconhecem seus direitos. Nos dias atuais, o que temos visto é a luta por parte da minoria surda em busca de mudanças sociais e educacionais, que só serão efetivadas com a ação de políticas públicas concretas.

Assim, a presente pesquisa surgiu de uma inquietação, vivenciada durante os anos da graduação, quando atentamos para o fato de que há falta de documentos e de informações sobre a situação educacional, cultural, profissional e social dos surdos habitantes do município de Soure. Desta forma, no desenvolvimento desta pesquisa buscamos relatar informações sobre o contexto sócioeducacional dos surdos desta cidade.

Nesta perspectiva, para a melhor compreensão do contexto sócioeducacional dos surdos em Soure, consideramos importante discutir os direitos educacionais do surdo em nosso país, a luta da sociedade civil para que se fizessem valer os direitos definidos pela Constituição Federal de 1988, dentre os quais a garantia do acesso e permanência dentro da escola, além dos direitos a inclusão social dos mesmos que seria produto de uma educação de qualidade (BRASIL, 1988). A partir das reflexões acerca das temáticas supracitadas, foi possível tecer o perfil sócioeducacional da comunidade surda da cidade de Soure.



2. OBJETIVO

Relatar informações sobre o contexto socioeducacional dos surdos da cidade de Soure. Portanto, esta pesquisa vem contribuir no registro de informações sobre a comunidade surda de Soure, além de se constituir como uma possível ferramenta de consulta para pesquisas acadêmicas futuras que abordem o tema em tela.



3. METODOLOGIA

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com DEMO (1995, p.231), embora “metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica”.

Para NEVES (1996, p.1), a pesquisa qualitativa é: “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados [...]”. Sendo assim, optamos pela abordagem qualitativa de cunho etnográfico para a coleta e interpretação dos dados da presente pesquisa, por acreditarmos ser a mais pertinente para um estudo desta natureza. Uma vez que houve a necessidade de uma maior aproximação do pesquisador junto aos sujeitos implicados na pesquisa – os surdos que moram em Soure –, optamos pela pesquisa de campo, que nos permitiu a observação e o registro de nossas impressões acerca dos sujeitos envolvidos neste estudo. Para um melhor tratamento de nosso objeto de estudo, fizemos uso das seguintes técnicas durante a coleta de dados: (1) Elaboração de um questionário estruturado com questões semiabertas sobre: (a) Faixa Etária; (b) Sexo; (c) Escolaridade; (d) Nível de Surdez; (e) Modo de comunicação, (f) Domínio da Libras; (g) Uso da Libras; (h) Interação com os outros surdos; (i) inserção no mercado de trabalho; (j) Recebe benefício. O questionário foi o instrumento que escolhemos para obter as informações acerca dos surdos de Soure, a fim de construir o seu perfil socioeducacional; (2) Visita a APADS para a coleta de informações sobre os endereços dos surdos residentes em Soure; (3) Aplicação do questionário junto aos surdos. O questionário foi aplicado individualmente no endereço de cada surdo implicado neste estudo; e (4) Análise e discussão dos dados coletados.

3.2. LÓCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Soure, no período de setembro a dezembro de 2014. Soure é o maior município da Ilha de Marajó, com uma população estimada em 24.076 habitantes, com área territorial de 3.517,318 km² (ver Figura 1).

A cidade de Soure está dividida em sete bairros: (1) Bairro Novo; (2) Centro; (3) Macaxeira; (4) Matinha; (5) Pacoval; (6) São Pedro; e (7) Umirizal. Além dos bairros, Soure é

constituída por cinco comunidades: (1) Bom Futuro; (2) Caju-Una; (3) Comunidade do Céu; (4) Comunidade do Pedral; Tucumanduba; e (5) Vila do Pesqueiro.



Figura 1 – Localização Geográfica de Soure
Fonte: www.google.com.br

3.2. POPULAÇÃO

A população envolvida nesta pesquisa é composta por 30 surdos (14 homens e 16 mulheres) residentes da cidade de Soure, na faixa etária entre 04 a 60 anos e pouco fluentes em LIBRAS, escolhidos de forma aleatória. Por meio do questionário estruturado com perguntas semiabertas, aplicado aos surdos, foi possível buscar as informações individuais de cada um, suas histórias social e educacional.



4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. HISTÓRICO SOCIOEDUCACIONAL DO SURDO

Na antiguidade os surdos eram tratados como doentes, com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas. Por isso eram abandonadas ou sacrificadas (GOLDFELD, 1997). O estereótipo de pessoa doente, possuída, ignorante perdurou por muito tempo, até mesmo a ideia de que os surdos seriam incapazes de serem educados, logo impossibilitados de interação social, tais pessoas viviam totalmente à margem da sociedade (GOLDFELD, 1997).

Os surdos que tinham o privilégio de serem educados pertenciam às famílias com condições financeiras para pagar um preceptor, na busca incessante de que com eles não ficassem desprovidos da fala e, assim, de seus direitos legais. “Nas tentativas iniciais de educar o surdo, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava um papel fundamental” (LACERDA, 1996, p.7). Desta forma, muitos professores, que trabalhavam junto aos surdos oriundos das famílias mais abastarda, tentaram desenvolver as mais diversas técnicas para ensinar os surdos, a partir de então, houve o início cada vez mais eminente de propostas metodológicas focadas na oralização, que terminaram por desencadear uma filosofia educacional que regiu a educação dos surdos por mais de um século: o Oralismo. O principal objetivo do Oralismo era impor a fala ao surdo, com o intuito de reparar um suposto defeito, e, deste modo, não permitir que ele demonstrasse sua surdez, com engodo de que desta forma, ele seria aceito socialmente.

Em 1880, o Congresso de Milão colaborou na efetivação do método oralista, isso afetou a educação de surdos em todo o mundo, pois esse método educacional priorizava a linguagem oral como a única forma de comunicação dos surdos (LACERDA, 1998). Por muito tempo o método oralista não foi questionado, no entanto, essa abordagem não mostrava muito sucesso, além dos surdos não estarem se desenvolvendo, nem socialmente, nem educacionalmente.

A partir do constato dos efeitos do oralismo na educação das pessoas surdas, surge a emergência de uma nova concepção de ensino que atendesse as especificidades destes indivíduos. “A Comunicação Total é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e



alfabeto digital para fornecer *inputs* linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas” (STEWART, 1993, p.118).

No entanto, os resultados obtidos com os pressupostos da filosofia da Comunicação Total foram pouco satisfatórios e esta concepção metodológica se mostrou pouco adequada para atender as necessidades da educação de pessoas surdas. Assim, paralelamente a comunicação total, surge o bilinguismo que de acordo com LACERDA (1998) é o ensino da língua de sinais e posteriormente o ensino da língua do oral, visto que a língua de sinais é a língua natural da comunidade surda. LACERDA (1998) corrobora seu pensamento com o estudo de BOUVET (1990) e diz que este autor “mostra que a línguas de sinais são adquiridas pelos surdos com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso a uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida por sujeitos ouvintes”.

Podemos perceber que Lacerda (1998) e BOUVET (1990) compartilham de um mesmo posicionamento: a inclusão social e educacional de surdo com eficiência e qualidade, por meio do reconhecimento da importância da língua de sinais para estes indivíduos. Pois para uma verdadeira inclusão do surdo tanto educacional como social, deve-se respeitar a identidade, a cultura e a língua natural dos mesmos, em função disso existe várias frentes de estudiosos que discutem a concretização da educação bilíngue nas escolas regulares de ensino.

Atualmente, existem leis que amparam o direito a educação e inclusão do surdo. temos, por exemplo, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96 que em seu capítulo V, estabelece as diretrizes para o desenvolvimento da educação especial no Brasil e dá sua definição: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p.21).

A criação da Lei nº 9.394/96, foi muito importante para a inclusão dos surdos na escola, porém o marco na história da inclusão, no que tange à pessoa surda, foi a aprovação da Lei nº 10.436/02 que dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A lei 10.436/02 reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, no qual “considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” (BRASIL, 2002, p.19).



Assim, percebemos que as mudanças ocorridas, ao longo da história, na forma como a educação dos surdos é concebida, juntamente, com a legislação, permitiu que, hoje, seja possível a garantia do direito do surdo à cidadania, à educação bilíngue e ao acesso à sua língua natural, a LIBRAS.

Podemos entender, que o surdo enquanto sujeito social, enquanto comunidade constituída, não tem um posicionamento dentro da sociedade por haver lacunas por parte de uma política educacional de qualidade que os impede, de ter uma verdadeira inclusão, acreditamos que o tema venha contribuir com possíveis discussões em relação ao surdo.

4.2. ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS: UM OLHAR SOBRE O SURDO

Ao longo da história, os surdos têm sido compreendidos a partir de dois paradigmas distintos: (1) o clínico-terapêutico; e (2) o sócio-antropológico. No modelo clínico-terapêutico, a pessoa surda é vista como doente e a surdez como uma “deficiência” em relação à comunidade ouvinte, visto que a surdez é definida por perda total ou parcial, ou ausência da audição (SKLIAR, 1998). Já no modelo sócio-antropológico da surdez, segundo Skliar (1997 apud SÁ, 1998), o surdo é concebido como um indivíduo que pertence a uma comunidade, que se articula e se identifica pelo uso da língua de sinais, formando, portanto, uma comunidade linguística.

Por muito tempo, o paradigma clínico-terapêutico tentou compreender a pessoa surda, única e exclusivamente, a partir da quantificação de sua perda auditiva. E isso desencadeou uma série de implicações no seu processo educacional, já que este modelo não considerava as especificidades do surdo. Com a virada para o paradigma sócio-antropológico o surdo começará a ser compreendido de uma forma mais holística, o grau de sua perda auditiva passa a ser um mero detalhe, a partir de então, o surdo será compreendido a partir de suas práticas sociais e culturais junto à comunidade surda, as quais são intermediadas por uma língua própria compartilhada com os seus pares – a Língua de Sinais –, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Karnopp (2010) apresenta a concepção de comunidade surda para KYLE & ALLSOP (1982), segundo estes autores, a comunidade surda

[...] é diferente de outras comunidades linguísticas em muitos aspectos, já que os surdos não estão geograficamente em uma mesma localidade, mas



estão espalhados em várias partes do mundo. Pessoas surdas não trabalham em um mesmo local. Em alguns centros urbanos, eles encontram seus pares surdos somente duas ou três vezes por semana e passam a maior parte de seu tempo em um mundo ouvinte. Esse fato produz um padrão de comunidade em que o tempo que os surdos permanecem juntos é fragmentado; por outro lado, são extremamente próximos uns dos outros. Essa característica social faz com que pessoas surdas mantenham suas vidas na comunidade surda, participando da associação de surdos, realizando atividades conjuntas, estudando em uma mesma escola, empreendendo lutas e reivindicações conjuntas (KARNOPP, 2010, p. 162).

Desta forma, observa-se, hoje, que os surdos se constituem como pessoas com uma comunidade, uma identidade, uma cultura, que são capazes de realizar qualquer função, desconstruindo o estereótipo de pessoa doente, incapaz, deficiente, imposto a eles pela antiguidade e pelo paradigma clínico-pedagógico, e que repercute, ainda, nos dias atuais. Percebe-se, então, o surgimento de conceitos como identidade surda e cultura surda. A identidade não se constrói por meio de lugar, mas, com o uso da língua de sinais que é uma das características mais importantes na constituição do sujeito surdo, pois os surdos desejam compartilhar da mesma língua e, desta forma, interagir com seus pares surdos.

KARNOPP (2010) apresenta um estudo realizado por KYLE & ALLSOP (1982), no qual estes autores concluem que:

[...] não é somente o domínio da língua de sinais ou a surdez que constituem os elementos principais em relação ao pertencimento à comunidade surda, mas também uma atitude surda, ou seja, a participação, o estar junto compartilhando informações e ideias. A língua de sinais mostra-se fundamental na identificação da comunidade surda, embora outros aspectos sejam também importantes, como a convergência de aspectos políticos, sociais e linguísticos entre os membros dessa comunidade. Há considerável evidência para se afirmar que pessoas surdas desejam estar juntas e formar uma comunidade (KARNOPP, 2010, p.163).

Conforme o pensamento de KYLE & ALLSOP (1982), pode-se depreender que os surdos pertencem/participam de uma comunidade surda, e a língua de sinais mostra-se fundamental no processo de construção da identidade dessa comunidade, onde todos se compreendem sem nenhuma dificuldade, visto que a língua de sinais é um elemento importantíssimo nos processos de desenvolvimento e construção da identidade surda.

Os surdos que assumem uma identidade surda apresentam posicionamento crítico de opinião e ideias, defende seus direitos e realiza seus deveres de cidadão, exhibe característica de independência individual, além de exibir aspectos culturais peculiares, onde



utiliza sua língua natural, tem contato com outros surdos e participa de uma comunidade surda.

Como se tem visto, um dos fatores que tem propiciado o surgimento e a manutenção da cultura surda é o uso da língua de sinais pelas e nas comunidades surdas. A cultura surda pode ser entendida como um processo de construção social, como uma experiência vivida em grupo, como a forma pela qual as pessoas, de um grupo específico, vivem e depreendem o mundo. Owen Wrigley diz que pensar a cultura dos surdos

seria simples se, e apenas se, estivéssemos querendo determinar narrativas relevantes sobre o que os surdos fazem juntos, de que maneiras distintas eles fazem isso, e como devem ser as experiências do 'silêncio em um mundo de sons' [...]. Esta visão se constrói a partir noções geralmente aceitas: um corpo deficiente, a experiência de uma falta e uma subcultura que é, na melhor das hipóteses, um subgrupo delimitado de culturas mais amplas (1996, p.4).

As pessoas surdas desejam estarem juntas, usando a mesma língua, compartilhando experiências e gostos que são comuns entre os integrantes, isto é, a ideia de uma comunidade surda, pois assim os surdos se identificam mais, além de se sentirem a vontade e integrados e essas características peculiares que os surdos compartilham são aspectos comuns da cultura surda. Assim, é possível entender porque Carlos SKLIAR (2010, p.52) diz não conseguir

[...] assumir a lógica de que as culturas onde nascemos e passamos a viver parte de nossas vidas se constitui na fonte da identidade cultural. O caso dos surdos dentro da cultura ouvinte é um caso onde a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original. A identidade original estabelece uma identidade de subordinação em vista da alteridade cultural, a mesma que se dá entre os outros grupos étnicos.

Tem sido evidente que a maneira como a pessoa surda vem sendo concebida, tem sido transformada e modificada ao longo da história das comunidades surdas, fenômeno este que se intensificou a partir do reconhecimento da Língua de Sinais, como uma língua natural (STOKOE, 1960), detentora de estrutura gramatical própria; como língua de expressão e comunicação das comunidades surdas.

A Língua de Sinais é a chave para ampliar a inserção do surdo no âmbito social. Historicamente a falta de vontade, de coragem, ou o desconhecimento e a falta de interesse das pessoas com a comunicação com o surdo foram os principais fatores que afastam o surdo das relações com o que se passa ao seu redor (AZEREDO, 2006, p.7).



É interessante ressaltar, também, a importância do papel da família no processo de desenvolvimento da criança surda desde o seu nascimento. A família precisa estar preparada para saber quais decisões tomar; reivindicar os direitos educacionais e sociais da pessoa surda – tendo em vista que, atualmente, há muitas leis que amparam os surdos e buscam garantir seu direito à cidadania e, assim, gozar de todas as benesses que o Estado possa lhes oferecer. Outro fator importante, que envolve o papel da família, diz respeito à busca da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais e assim permitir a criança surda o acesso à sua língua natural e ao seu desenvolvimento linguístico. A língua é importante para que o indivíduo tenha aquisição dos significados dos elementos que estão inseridos no contexto social, além de ter noção da relação de si com os outros e vice-versa.

Segundo MARCHESI (1995) um dos debates que se mantêm na Educação de Surdos é sobre a sua integração na escola de ouvintes. Isso significa que ainda existem barreiras que impedem a possibilidade de integrar o surdo na escola de ensino regular. Existem, ainda, resistências que impedem a inclusão do surdo na escola como a falta de recursos didáticos; a falta de formação dos professores para se trabalhar a especificidade do surdo; a dificuldade de comunicação com o surdo, pela ausência do uso da LIBRAS na escola, e o contra turno como reforço no ensino e aprendizagem do aluno surdo, logo a escola torna-se ambiente linguístico fundamental onde a criança surda vai receber por meio da língua de sinais, a linguagem. Por isso, se faz necessário uma mudança no currículo escolar onde os alunos surdos possam ter esses aparatos fundamentais para o seu ensino e aprendizagem, fazendo assim a permanência do surdo na escola.

Podemos, portanto, entender que a sociedade é composta por grupos que são diferentes e se posicionam como cidadãos em espaços diferentes, formando uma comunidade onde todos têm como constituinte a linguagem, por isso, é necessário considerar os mais diversos aspectos, específicos, de cada grupo que compõe o todo social.



5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. CONTEXTO SOCIAL

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de relatar informações sobre o contexto socioeducacional dos surdos, e os resultados indicam um número significativo de Surdos que moram em Soure, em nossa pesquisa de campos levantamos dados sobre 30 surdos residentes na cidade e nas comunidades adjacentes.

Diante da análise dos dados coletados, percebemos que poucos surdos sabem Libras (ver **Gráfico 1**), do universo de 30 surdos, apenas 8 dominavam a LIBRAS. Vale ressaltar que, somente a metade usa a LIBRAS em sua comunicação (ver **Gráfico 2**). Quanto ao uso da Língua de Sinais, entendemos que isso ocorre porque a maior parte dos ouvintes, e 72% dos surdos de Soure, não conhecem a LIBRAS, então, mesmo os surdos que sabem LIBRAS, usam de outras ferramentas (a mímica, por exemplo, no intuito de se fazerem compreender), para tentar se comunicar tanto com os ouvintes, como com os demais surdos.

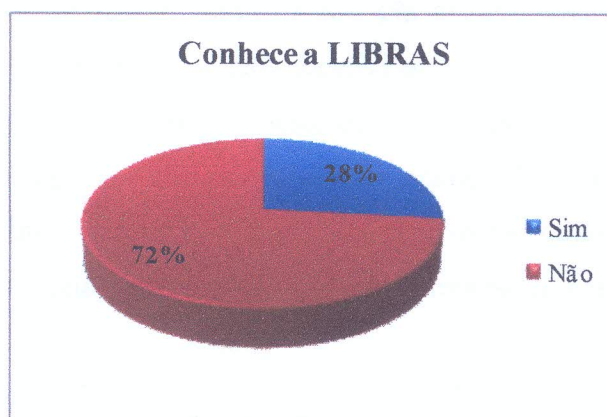


Gráfico 2 – Surdos que conhecem a LIBRAS.

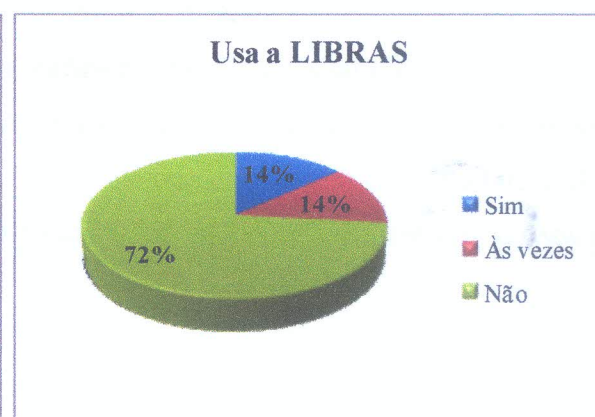


Gráfico 3 – Surdos que usam a LIBRAS.

Além do número reduzido de surdos sourenses que conhece a Língua Brasileira de Sinais (apenas 28%), verificamos, também, que 80% deles não oraliza (ver **Gráfico 3**), o que dificulta ainda mais a comunicação, e fazendo com que eles fiquem dependentes do auxílio familiar para resolver assuntos em qualquer situação. Pensamos que seja este um dos principais motivos para que a maioria dos surdos não tenha contato e interação com os outros surdos (ver **Gráfico 4**). Diante disto, percebemos que pela falta de conhecimento da LIBRAS,



a interação e comunicação entre os surdos é muito reduzida, deduz-se, desta forma, que não há a configuração de uma comunidade surda em Soure, pois uma comunidade surda se manifesta através do uso da Língua de Sinais e na troca de experiências e compartilhamento de ideais entre os indivíduos integrantes da comunidade (SKLIAR, 2013; SÁ, 2006; QUADROS, 1997).

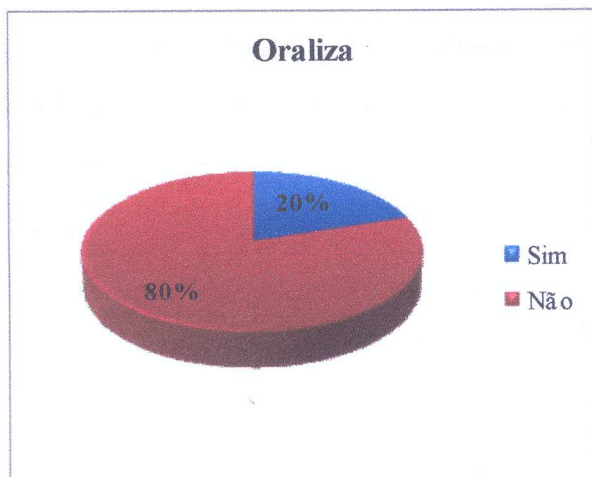


Gráfico 4 – Surdos que oralizam.



Gráfico 4 – Surdos em contato com outros surdos.

A partir das entrevistas com os surdos e com suas famílias, podemos perceber que os surdos de Soure, ainda são vistos como coitadinhos e incapazes, tanto que 63% deles recebe benefício para garantir seu sustento (ver **Gráfico 5**). Verificamos também, que a maior parcela dos surdos deste município não estão inseridos no mercado de trabalho (ver **Gráfico 6**), poucos são independentes, apenas 27% trabalha, e vale ressaltar que no mercado informal, são autônomos. Os surdos do sexo feminino trabalham de manicure, enquanto os do sexo masculinos trabalham de carroceiros em Soure.

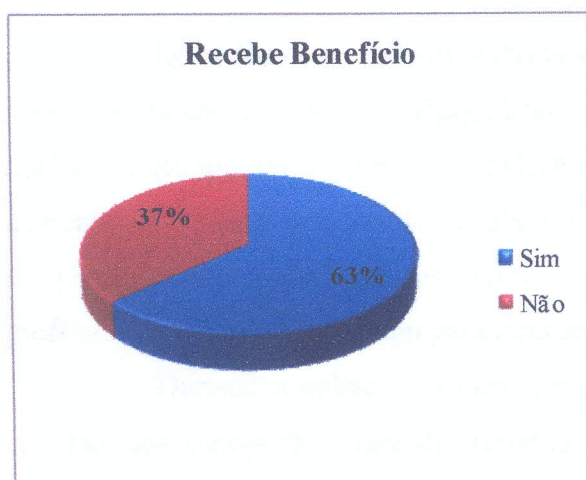


Gráfico 5 – Surdos que recebem benefício.

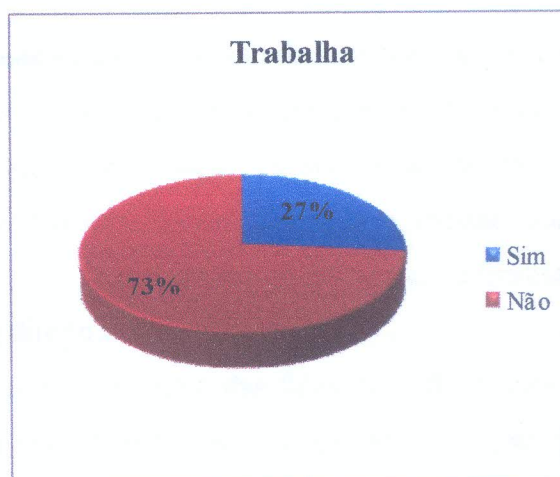


Gráfico 6 – Surdos que não recebem benefício.



5.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

Quando voltamos nossa análise para a categoria educacional (ver **Gráfico 7**), observamos que poucos surdos de Soure estão na escola, grande parte deles parou de estudar no Ensino Fundamental e são vários os motivos que fizeram com que os surdos não permanecessem na escola. Verificamos, junto à família, que um dos principais motivos para a evasão escolar dos surdos, em Soure, se dá pelo fato de não haver profissionais capacitados para atender a especificidade de cada aluno surdo, principalmente, o não domínio da LIBRAS, língua natural dos surdos.

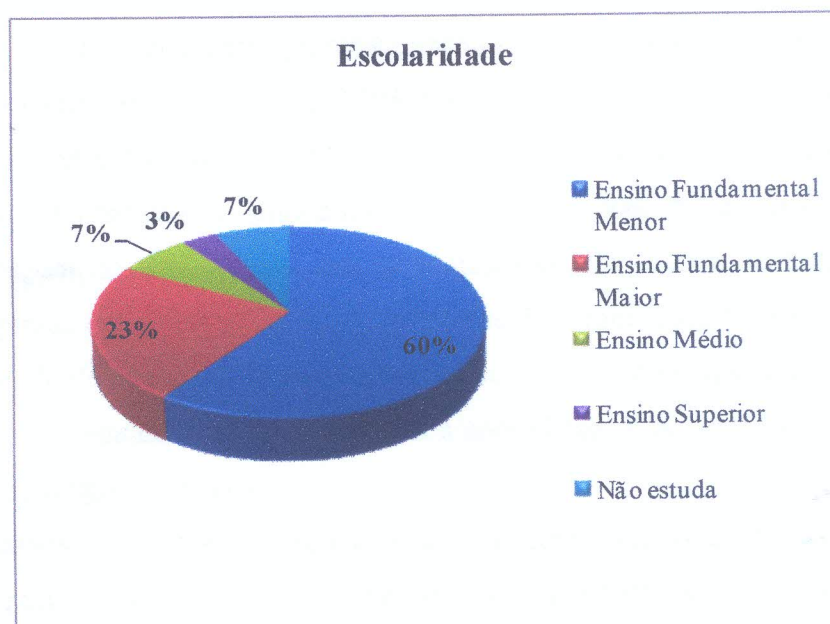


Gráfico 7 – Escolaridade dos surdos.

De acordo com os relatos das pessoas surdas e também de suas famílias (as quais, sempre tomavam a frente das falas), observamos que os membros que compõe a família dos surdos expressam uma grande insatisfação quanto a situação de seus entes surdos; eles aparentam ter pouca informação quanto à assuntos relacionados à surdez; e, mesmo, quanto às possibilidades que tem os surdos de se desenvolver socialmente, cognitiva e profissionalmente, se lhes forem garantido seu direito à cidadania.

Durante a coleta de dados, verificamos que uma das falas mais frequentes das famílias dos surdos de Soure diz respeito à sua inclusão nas escolas do município. Eles afirmam que seus filhos não podem estudar porque há falta de “lugar” na escola. A família, na



maioria dos casos relatados, chega à escola e surpreendida pela resposta vinda da direção de que “a sala de aula tá cheia e seu filho é deficiente não têm quem dê atenção pra ele... vê se tem vaga noutra escola”; e assim o surdo vai sendo esquecido.

Mais um depoimento de uma mãe, esclarece: *A minha filha tem 37 anos é surda e a única escola onde ela pode estudar, as aulas só é a noite na turma do EJA, eu já estou numa idade muita avançada e não confio em deixar minha filha sair a noite para a escola sozinha, pela violência que está passando a nossa cidade, pois terei que levar e depois ir buscar, então fico muito triste pela minha filha que têm muita vontade de estudar, por isso ela parou de estudar, o que ela faz é trabalhar de manicure.*

Confrontando todas essas situações, as quais excluem o surdo da escola, cito a LDB, quando prescreve que os “portadores de necessidades educativas especiais” têm direito à integração (BRASIL, 1996).

Ainda segundo os relatos, outro problema encontrado pelo surdo na escola é a falta de profissionais capacitados pra o ensino da LIBRAS, que os ouvintes também aprendam a Libras para poder se comunicar com os surdos. Do que adianta o surdo aprender a LIBRAS na escola, se em casa faz sinal caseiro, pois a família não sabe Libras. A família é base para o ensino e aprendizagem do surdo; junto com o contexto escolar. Nesse sentido é preciso, também ouvir a opinião e permitir que a família participe da comunidade escolar. Na visão da família em se tratando do contexto escolar, há um sentimento negativo, quando o surdo entra na escola como: a escassez de materiais destinado a aprendizagem de seus filhos surdos e o desconhecimento da Língua de Sinais.

Precisamos de projetos que venha beneficiar essas famílias também a aprender a Língua de Sinais, para quando esse aluno chegar em casa, ter pessoas para se comunicar, para que haja uma completa interação entre surdos e ouvintes.

Para muitas pessoas é irrelevante, e para outro incômodo aprender a Libras, mas para o surdo é prazeroso se comunicar sentir que é compreendido.

5.1. CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL

Os surdos, ao longo da história tem se organizado em comunidades ao redor do mundo, Jean Grémion diz mesmo, que eles formam um sexto continente no planeta, e como já falamos anteriormente, as comunidade surdas não ocupam uma região geográfica específica, elas se constituem nas práticas sociais dos surdos, que vivem através de experiências visuais e



por meio de sua Língua de Sinais. Assim, não podemos compreender as pessoas surdas apenas pela quantificação de suas perdas auditivas, como queria o paradigma clínico-pedagógico, mas entender que o sujeito surdo possui uma identidade surda, que se constitui a partir do reconhecimento de seus pares como grupo e de sua cultura.

Após a análise dos dados coletados nesta pesquisa, pudemos perceber que: (1) os surdos de Soure não se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, que é a língua materna dos surdos, pois a maioria não sabe LIBRAS e isso leva a dificuldade de comunicação com outros surdos que dominam esta língua; (2) a maioria dos surdos que residem em Soure, não tem uma identidade surda, pois muitos deles não aceitam sua surdez; (3) os surdos de Soure são sujeitos que vivem em uma sociedade que a maioria é ouvinte, e que, ainda, lhe impõem a oralização – fato “justificado” pela falta de informações e profissionais capacitados para atuarem junto aos surdos; (4) em Soure não há a configuração de uma comunidade surda, pois os surdos não interagem, o suficiente, com seus pares – grande parte deles nem, ao menos, se conhecem; (5) os surdos de Soure não fazem parte da cultura surda propagada ao através do mundo todo, já que a cultura surda se constitui nas experiências vividas em grupo – e como observamos os sujeitos surdos envolvidos nesta pesquisa não fazem parte de um grupo social surdo; (6) os surdos de Soure não tem acesso à educação nos parâmetros da proposta inclusiva, portanto, ficam sem acesso à sua primeira língua e um aumento de sua evasão escolar; e (7) os surdos de Soure ainda tem sido entendidos a partir do paradigma clínico-pedagógico que resguarda sua “incapacidade”, assim muitos vivem de benefícios e auxílios fornecidos pelo governo.

Em síntese, Soure não tem uma comunidade surda, mas 30 pessoas surdas (na sua maioria, analfabetas, semianalfabetas ou analfabetas funcionais), que vivem isolados em uma ilha, imersos na linguagem, já que, apenas 28% deles conhece a LIBRAS (mas não são fluentes), e somente 20% deles oraliza o português (mas não são fluentes); levam suas vidas alheias de seus direitos, alheias dos feitos da comunidade surda do Brasil.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi analisado o contexto socioeducacional dos surdos de Soure, através da coleta de dados junto à população envolvida nesta pesquisa, verificando como se configura o seu contexto social e educacional. A pesquisa de campo de cunho qualitativa foi importante, pois conseguimos alcançar os objetivos propostos para este estudo, revelando a necessidade de políticas públicas com ações concretas em relação ao contexto socioeducacional do surdo, procurando beneficiar esse sujeito como ser social e parte integrante de uma sociedade ouvinte. Consideramos que a metodologia adotada, contribuiu positivamente para o andamento da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa mostraram as dificuldades em que os surdos se encontram nesse contexto, mostrando uma educação multifacetada. As famílias dos surdos relatam a dificuldade em encontrar informações e orientações sobre que rumo seguir em relação ao futuro de seus filhos. Pensamos que a ampliação do conhecimento sobre a realidade dos surdos de Soure, traz a possibilidade da busca de estratégias que poderão contribuir para a melhoria do quadro encontrado durante esta pesquisa. Portanto, faz-se urgente a necessidade de investimento na qualificação de profissionais para se trabalhar na educação de surdos na cidade de Soure.

Concluimos com esta pesquisa que o contexto socioeducacional dos surdos de Soure pode ser definido da seguinte forma: Soure não possui uma comunidade surda, pois não se comunicam com a língua de sinais, compartilham comportamentos e aprendizados dos ouvintes. Trata-se do sujeito surdo dentro de uma comunidade ouvinte, construindo sua identidade a partir de fragmentos das múltiplas identidades.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi analisado o contexto socioeducacional dos surdos de Soure, através da coleta de dados junto à população envolvida nesta pesquisa, verificando como se configura o seu contexto social e educacional. A pesquisa de campo de cunho qualitativa foi importante, pois conseguimos alcançar os objetivos propostos para este estudo, revelando a necessidade de políticas públicas com ações concretas em relação ao contexto socioeducacional do surdo, procurando beneficiar esse sujeito como ser social e parte integrante de uma sociedade ouvinte. Consideramos que a metodologia adotada, contribuiu positivamente para o andamento da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa mostraram as dificuldades em que os surdos se encontram nesse contexto, mostrando uma educação multifacetada. As famílias dos surdos relatam a dificuldade em encontrar informações e orientações sobre que rumo seguir em relação ao futuro de seus filhos. Pensamos que a ampliação do conhecimento sobre a realidade dos surdos de Soure, traz a possibilidade da busca de estratégias que poderão contribuir para a melhoria do quadro encontrado durante esta pesquisa. Portanto, faz-se urgente a necessidade de investimento na qualificação de profissionais para se trabalhar na educação de surdos na cidade de Soure.

Concluimos com esta pesquisa que o contexto socioeducacional dos surdos de Soure pode ser definido da seguinte forma: Soure não possui uma comunidade surda, pois não se comunicam com a língua de sinais, compartilham comportamentos e aprendizados dos ouvintes. Trata-se do sujeito surdo dentro de uma comunidade ouvinte, construindo sua identidade a partir de fragmentos das múltiplas identidades.



7. REFERÊNCIAS

AZEREDO, E. *Língua Brasileira de Sinais: uma conquista histórica*. 2006. Disponível em: http://www.cultura-sorda.eu/resources/Reconocimiento_LIBRAS.pdf. Acessado em 11/09/14.

KARNOPP, L. B.. *Produções culturais de surdos: análise da literatura surda*. 2010. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Produ%C3%A7%C3%B5es+culturais+de+surdos%3A+an%C3%A1lise+da+literatura+surda.+2010&ie=utf-8&oe=utf-8>. Acessado em 05/02/15.

LACERDA, C. B. F. de. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cad. CEDES [online]. 1998, vol.19, n.46, pp. 68-80. Disponível em: http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/docs/midioteca_artigos/historia_educacao_surdos/texto29.pdf. Acessado em 05/02/15.

POKER, R. B. *Abordagens de Ensino na educação da pessoa com surdez*. São Paulo: UNESP. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf. Acessado em 01/03/15.

SÁ, N. R. L. de. *Cultura poder e educação de Surdos*. 2ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto alegre: Mediação, 2010.

STWART, D.A. *Pesquisa sobre o uso da Língua de Sinais na educação de crianças Surdas*. In: MOURA, M. C. et al.. *Língua de Sinais e Educação do Surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993.

GOMES, Fabrício Pereira e ARAÚJO DE, RICHARD MEDEIROS. *Pesquisa Quantitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>. Acessado em: 25/02/15.

GRÉMION, Jean. *Capacidades silentes: avaliação educacional diagnóstica de Altas habilidades em alunos com surdez*, 1998. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=capacidades+silentes:+avalia%C3%87%C3%83o+educacional+diagn%C3%93stica+dealtas+habilidades+em+alunos+com+surdez&ie=utf-8>. Acessado em 05/02/15.

SOUZA, Paulo Renato. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em: 25/01/15.

SOUZA, Paulo Renato. *Língua Brasileira de Sinais – Libras*, 1996. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em: 25/01/15.



TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários, que isento completamente a Universidade Federal do Pará, o Campus Universitário do Marajó – Soure e o professor orientador de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Soure, 06 de março de 2015.

Elis Regina da Silva Neves